

CONFIDÊNCIA, MEMÓRIA E RAZÃO: AS AUTOBIOGRAFIAS COMO FONTES PRIVILEGIADAS PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

ANA MARIA DA COSTA MACEDO*

1. DOS ARQUIVOS NACIONAIS AOS ARQUIVOS PRIVADOS

Os estudos de família têm registado, nas últimas décadas, um notável desenvolvimento, facto a que não é alheia a (re)valorização e a incorporação na historiografia actual de uma gama de novas fontes de carácter autobiográfico e privado que muito contribui para uma dimensão mais individualizada, sensível e completa da historiografia.

Os chamados «livros de família» e outras fontes da mesma índole que tiveram particular desenvolvimento no Ocidente, como as numerosas crónicas familiares revalorizadas e publicadas no século XIX, foram relegados para segundo plano face às metodologias historiográficas de carácter mais objectivo, que se impuseram após a IIª Guerra Mundial. Como afirma LEVILLAN (1988)¹, «a revalorização do género biográfico a partir dos anos 80 deve-se em muito ao interesse despertado pelos diários e pelas autobiografias».

Em Portugal, até à revolução liberal de 1820 o repositório natural dos documentos era o Arquivo da Casa da Coroa. Após a implantação do liberalismo, o Arquivo da Coroa dá lugar ao Arquivo Nacional que se desenvolveu e consolidou ao longo dos dois últimos séculos e que tem constituído a base da fundamentação da nossa historiografia. Hoje, no entanto, isso torna-se manifestamente insuficiente. Recentemente, por iniciativa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova

* Mestre em História das Populações. maceana@gmail.com.

¹ LEVILLAN, 1988, p. 121-158.

de Lisboa, têm-se organizado encontros entre cientistas da informação/arquivistas, historiadores e proprietários de arquivos, com vista a definir vias de colaboração futura no sentido de valorizar e dinamizar o sector dos arquivos de família.

Inserese neste domínio o recente Colóquio Internacional «Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?» que teve lugar nos passados dias 29 e 30 de Outubro de 2010 na Torre do Tombo e na FCSH da UNL. Uma importante elite de investigadores nacionais e internacionais de países com trabalho consolidado neste sector (em especial Itália, Espanha e França) veio até nós e não só nos fizeram o ponto da situação nos vários países, como nos trouxeram importantes testemunhos de proprietários e investigadores de arquivos de família pouco ou nada conhecidos.

Nas palavras de Maria de Lurdes Rosa², «conservar os arquivos de família é fundamental para uma História plural, que não seja feita apenas a partir dos arquivos nacionais». A produção documental directa das famílias vem trazer ao de cima não só documentos desconhecidos porque não estão nas esferas públicas, como, também novos protagonistas e novos temas de estudo. Não poucas vezes os membros da família ocuparam cargos públicos importantes e/ou guardam revelações fundamentais para o (re)fazer da História política ou social.

Em França, como nos diz NOUGARET, Christine³, a solicitude do sector público para proteger os arquivos privados, em particular os arquivos familiares, é relativamente recente. Só em 1979 é que a lei reconhece aos serviços públicos de arquivo a preservação dos arquivos privados de interesse público. A partir de então os arquivos nacionais e públicos foram autorizados a acolher, classificar, inventariar e divulgar estes arquivos, sempre no respeito pela vontade das famílias.

Em Espanha, a 'Lei do Património Histórico Espanhol' de 1985, considera os arquivos privados como parte integrante do património documental e especifica uma série de medidas destinadas à sua conservação. Em 1989, como nos informa LAFUENTE URIEN, Aranzazu⁴ o Ministério da Cultura Espanhol cria a «Secção Nobre do Arquivo Histórico Nacional» para proteger e garantir a conservação de uma parte importante do património documental de origem privada. Hoje estão conservados nesta Secção mais de 250 arquivos nobres de diversa proveniência e volume.

² Maria de Lurdes Rosa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, organizadora do Colóquio.

³ Christine Nougaret, École Nationale de Chartes – Paris. Responsável pela secção dos Arquivos Privados nos Arquivos Nacionais de França desde 2005. Conferencista no Colóquio Internacional *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?* com o título «Les archives familiales en France: deux décades d'expérience aux Archives Nationales».

⁴ Aranzazu Lafuente Urien, *Directora de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional – Ministerio de Cultura Toledo, España*. Conferencista no Colóquio Internacional *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?* com o título «Archivos familiares de la nobleza española: la sección nobleza del archivo histórico nacional».

Na verdade, o que acontece com frequência por todo o lado é que os proprietários, por motivos vários, vendem os seus arquivos ou, mais frequentemente, parcelas deles, a antiquários ou alfarrabistas, o que origina perdas dificilmente reparáveis. Daí a necessidade de se regulamentar e proteger os arquivos pessoais e os arquivos de família através de uma legislação própria que promova o equilíbrio entre os interesses públicos e os privados. Em Portugal esse esforço começa agora a fazer-se notar, dando-se conta que há muitas pessoas ainda com arquivos de família em casa, sem saber o que fazer com eles. Antigamente as famílias tinham necessidade de guardar os documentos que comprovavam a posse das suas propriedades, agora cada vez mais escasseiam as grandes casas de família. A penúria das grandes casas leva, inevitavelmente, à dispersão e venda dos seus arquivos. Sensível a isto, hoje a Torre do Tombo aceita arquivos privados e negocia as condições com cada proprietário separadamente, como nos diz António Frazão⁵. Também a recém constituída (Abril 2010) Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP), ciente da importância da preservação das fontes primárias existentes nestes arquivos para o enriquecimento da História portuguesa, tem como objectivo não só fazer um levantamento dos arquivos privados que existem como contribuir, junto dos proprietários, para a preservação e a divulgação desses acervos.

A publicação actualmente em curso da obra em 4 volumes da «História da Vida Privada em Portugal», pelo Círculo de Leitores sob a coordenação de José Mattoso, apesar de mais de 20 anos após a obra homónima dos historiadores franceses Philippe Ariès e Georges Duby, vem demonstrar os avanços que a historiografia portuguesa tem registado mormente desde as décadas de 1980 e 1990. A importância do indivíduo como pessoa singular na História, a vida das pessoas e os seus modos particulares de ver o mundo, as fontes directas e a escrita autobiográfica, são um outro conjunto de análise que importa desvendar.

2. O EXEMPLO DO ARQUIVO DA CASA DO AVELAR

A recente doação (1 de Outubro 2008) do Arquivo da Casa do Avelar (casa sita na Rua S. Geraldo, em Braga, pertença dos Jácome de Vasconcelos e onde conservaram sempre o seu arquivo), pela própria família ao Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, constitui um excelente exemplo de consciência da importância da preservação de um património familiar e da memória que ele constitui.

Conservado na quinhentista Casa do Avelar sem nunca chegar a ser disperso ou desmembrado, o conjunto orgânico de documentos que ultrapassa as 2200 unidades

⁵ António Frazão (Gabinete para a Salvaguarda do Património da Direcção Geral de Arquivos) em entrevista ao Público 2 (29/10/2010).

e se estende do século XVI à actualidade, distribui-se pelos domínios patrimonial, genealógico, biográfico, social, familiar e pessoal.

No estudo que elaboramos em 1991-92 no local da Casa onde os documentos foram arquivados/arrumados ao longo de séculos, demos conta da existência de instrumentos de descrição documental e de recuperação de informação elaborados por membros da família (que identificamos). Na verdade, a aplicação do método analítico possibilitou-nos um diagnóstico rigoroso que pôs em relevo a existência quer de folhas soltas sobrepostas a documentos (noutro tipo de letra) com várias designações tais como «Masso nº...» ou «Títulos e papéis avulsos», quer de pequenos pedaços de papel, presos ou não aos documentos, contendo o respectivo «sumário». A existência destes *títulos* e *verbetes* mostrou-nos com clareza que a arquivagem (arrumação) dos documentos em arcas era uma das práticas comuns e implicava a sua sumariação para mais fácil busca e conhecimento do respectivo conteúdo. Por empenho familiar, o Arquivo da Casa terá passado a dispor, em grosso e desde meados do século XIX, de um dispositivo de busca de informação muito próximo da de um Catálogo. O respeito por esta ordem orgânico-funcional e o *modus faciendi* dos produtores manteve-se no Catálogo que então elaborámos⁶ e está hoje também presente no Catálogo publicado pelo Arquivo Distrital de Braga⁷ ao serviço de consulta pública. Pensamos desta forma ter contribuído para tornar acessível todo o fundo arquivístico, respeitando o mais possível o carácter orgânico e o *modus faciendi* dos produtores.

Tal como acontece na generalidade dos arquivos de família, a formação do Arquivo da Casa do Avelar terá partido da necessidade de gestão dos negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico. Há também, no entanto, todo um outro conjunto de fontes que dizem respeito a factos íntimos da vida sentimental e afectiva, quer no espaço doméstico quer no espaço mais alargado da vida social, política e religiosa. Referimo-nos aos pequenos livros de notas particulares, registos diários de receitas e despesas, registo de dívidas, cadernos pessoais de poesias, poemas de amor, livros de lembranças e diários, receitas de cozinha, formulários medicinais, uma variedade de correspondência privada, enfim, de uma maneira geral, toda uma literatura autógrafa, na maior parte das vezes sem o objectivo de ser publicitada.

A família enquanto produtora de documentação contribui de uma forma particularmente importante para a informação histórica, a par de outras instituições. A vivência pessoal e intimista dos acontecimentos só é possível encontrar num Arquivo de Família, dado o espaço de confidencialidade em que é produzido. Um documento privado – porque é produzido fora dos condicionalismos dos cargos que se ocupam

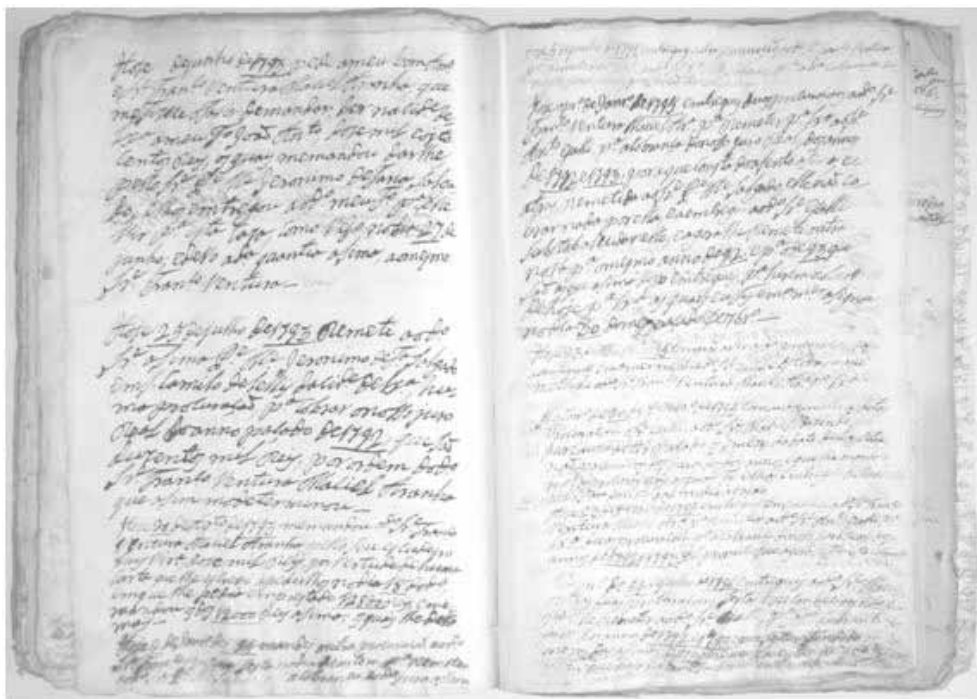
⁶ MACEDO, 1996: 251-374.

⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 2010: 59-341.

e das regras estabelecidas pela organização das instituições oficiais – oferece-nos a possibilidade de informações mais espontâneas e livres, que nos permitem aceder ao lado exteriormente invisível dos acontecimentos. O cruzamento da informação dos arquivos públicos com a perspectiva «não oficial» dos acontecimentos pode dar origem a verdadeiras descobertas ou complementar de forma fundamental os conhecimentos que se têm. Como nos diz Céline⁸ «Tout ce qui est intéressant se passe dans l'ombre... On ne sait rien de la véritable histoire des hommes» se, acrescentaríamos nós, não tivermos acesso ao interior da sua consciência, à genuinidade da sua vida privada.

Salientemos, no seio do conjunto documental do Arquivo da Casa do Avelar, a título de exemplo, três fontes que, pelas suas qualidades intrínsecas, nos permitem aceder, a partir de dentro, ao lado externo da vida social e política da época: um diário, um testamento e um caderno de receitas.

Figura 1 – Um Diário



Diário de João Luís Jácome de Vasconcelos (1787-1810)9 – 178 p.

⁸ GINZBURG, 1987: 37.

⁹ PT/ADB/FAM/ACA/07.01.01/4.

O *Diário* produzido por João Luís Jácome de S. P. de Vasconcelos, representante da Casa e da Família na 12ª geração, é uma valiosa fonte autobiográfica onde, ao longo de 23 anos (1787-1810) e das suas 178 páginas manuscritas, se sucedem registos e anotações quotidianos que vão desde o círculo íntimo da vida privada até aos mais públicos acontecimentos da vida social da cidade num momento em que esta atravessa importantes alterações no seu funcionamento político.

Este documento (ACA/088-1), bem conservado mas sem capa, contém um conjunto de fólios iniciais (cerca de 55 de um total de 178) onde, com o título *Varonia de João Luís Jácome de Sousa e seus antepassados da Casa do Avelar da Rua dos Pellames desta cidade de Braga*, são cuidadas e pormenorizadamente registadas as memórias genealógicas da família com a precisão própria de um verdadeiro investigador, onde constam as datas e respectivas referências documentais: prazos, escrituras, procurações, inventários, ofícios, certidões.

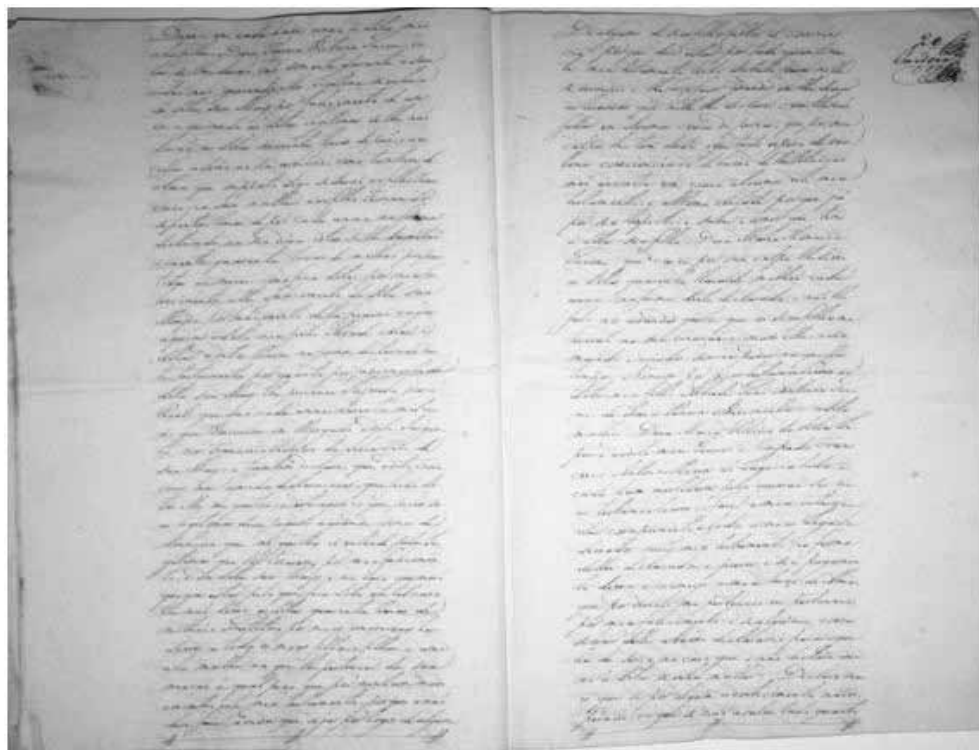
Seguem-se os registos diários (*Hoje....de...de...*) escritos de forma continuada pelo mesmo punho ao longo de mais de duas décadas, através dos quais J. L. Jácome nos deixa o seu testemunho, o seu olhar individual, a sua verdade sobre os espaços privados, a casa, as refeições, a família, os filhos, os casamentos, o nascimento dos netos, os estados de saúde, as dificuldades financeiras, os amigos, os afectos, as arrelias e os momentos difíceis, as alegrias, os sentimentos de fé, tudo isto sem propósito de impressionar ou obedecer a cânones. É esta veracidade que nos seduz e traz uma verdadeira mais-valia aos conhecimentos que temos sobre a cidade e a sua vida por finais de setecentos.

Se, por um lado, é notório ao longo dos registos de Luís Jácome uma preocupação com o funcionamento interno da instituição familiar, contornando com sacrifício e arte as agruras que efectivamente perturbam a sua unidade, por outro, não é menor o empenho e a força com que projecta exteriormente a família no seio do funcionamento social e político da cidade.

Ao mesmo tempo que regista minuciosa e rigorosamente no seu *Diário*, todos os gastos, débitos e rendimentos da casa e do património familiar com a preocupação de tudo estar devidamente registado e cumprido, também nele descreve relatos vivos e pormenorizados de cerimónias e acontecimentos políticos e sociais da cidade como, por exemplo, o desenrolar da doença e as exéquias fúnebres do Arcebispo D. Gaspar em Janeiro de 1789 ou entrada e a tomada de posse em Braga do novo Arcebispo, D. Frei Caetano Brandão, aos 17 de Setembro de 1790, ou ainda a descrição quase cinematográfica que nos deixa da cidade em procissão de Sexta-feira Santa em 1803. O seu estatuto de elite permitia-lhe o convívio e a privacidade com o núcleo da alta hierarquia social da cidade o que, aliado às suas qualidades de observador e amante da escrita, se traduz em relatos de memórias e referências únicas da vida pública da cidade.

Como funcionavam as famílias que desempenhavam funções políticas na cidade? Como se interrelacionavam entre si? Quais as actividades que competiam a um *vereador* da Câmara entre finais do século XVIII e princípios do XIX? Onde as exercia? Quanto que se ganhava do desempenho de cada uma delas? Como viveu a cidade de Braga a ocupação da capital pelo exército de Junot em Novembro de 1807 ou a sua retirada e embarque meses depois? Como viveu a cidade política a mudança liberal? Eis exemplos de informações que nos são dadas a conhecer através desta fonte elaborada de forma livre e directa, sem intervenção de montagem ou censura ou qualquer outra restrição de ordem oficial.

Figura 2 – Um Testamento



Testamento de João Luís Jácome de Vasconcelos (1809)¹⁰ – 42 p.

É afastado da Casa do Avelar e instalado na Casa da Torre da Lagariça¹¹, belo solar seiscentista, onde reside a filha mais nova, que João Luís Jácome redige o seu

¹⁰ PT/ADB/FAM/ACA/08.01/20.

¹¹ Lagariça é uma povoação da freguesia de São Cipriano, nesta altura, pertença do concelho de Aregos do Douro. Hoje, e desde 1885, São Cipriano integra o concelho de Resende e o distrito de Viseu. A Casa

testamento. Quer pela data em que é escrito – 1809 – quer pelo conteúdo que se alonga pelas suas quarenta e duas páginas, o *Testamento*, para além das formalidades próprias ligadas à disposição dos bens de alma, retrata uma verdadeira história de vida da família e da época, relatada e julgada pelo próprio, um ano antes de falecer e ter voltado ainda ao seu *Diário*, guardado na Casa do Avelar.

Como nos dizem Pablo Rodriguez e Annie Mollinie-Bertrand (2000)¹², «El testamento condensa la historia familiar. (...) Los testamentos eran la última oportunidad que tenia un individuo de limpiar su conciencia y morir en paz. En muchos casos, en ellos nos aparecen las confesiones postreras, los reconocimientos, las confesiones de lo inconfesable (...)». É, de facto, nas disposições testamentárias que João Luís Jácome determina, numa atitude corajosa e imbuída de um sentimento de justiça, não ser no primogénito – Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1757-1827), casado em 1790, com dois filhos e a viver na Casa do Avelar – que nomeia para a sucessão dos *prazos*, contrariamente à prática tradicional do direito consuetudinário de herança dos bens na primogenitura. E não o faz por a sua conduta não lhe merecer a confiança necessária à boa continuidade familiar. Apesar de revelar sempre um sentido de protecção familiar notável, em situações de domínio público, não poupa o primogénito aos seus juízos, afirmando no testamento: «com ele fiz grande despeza e gastos e não posso perdoar-lhe tudo porque tenho mais filhos». Embora afirme não querer entrar em declarações detalhadas por «não ser o lugar disso (...). Não posso deixar de dizer que ele, desde a sua tenra idade entrou a jogar; e cuidando eu que ele ia para o estudo, soube tarde que se ia a divertir ao jogo e reprehendendo-o, e castigando a ver se deixava o diabolico divertimento, foi assentar praça de cadete ao regimento de Vianna, ahonde me fes grandes gastos».

Assim, por razões que se prenderão com um sentido de ressentimento e de justiça mas também com a segurança e a honra da família, João Luís Jácome delega transitoriamente a continuidade patrimonial no seu filho João António, abade de Beiriz, com a expressa obrigação de este dotar o seu sobrinho Fernando¹³ (filho do irmão primogénito Francisco) quando viesse a casar, retomando-se assim a geração da primogenitura.

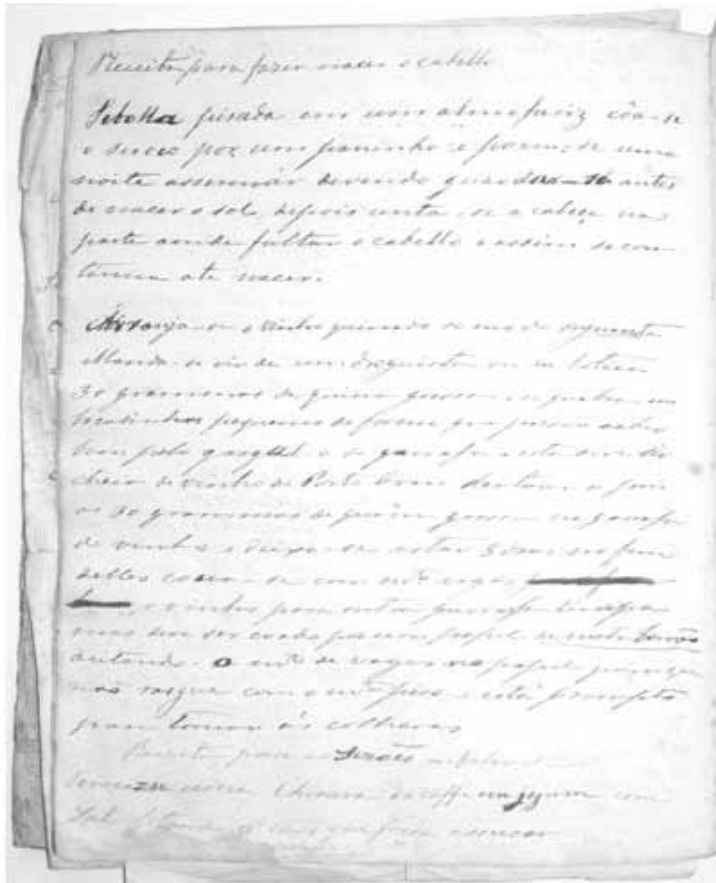
da Lagariça (seiscentista) e a Torre (princípios do séc. XII) ligou-se à família Jácome de Vasconcelos, pelo casamento de D. Josefa Maria do Carmo, filha de João Luís Jácome, com Custódio de Sousa Pinto Cochofel. É ainda na posse da família Coxofel que hoje o solar se encontra. E foi nela que Eça de Queirós em finais do século XIX, situou o enredo do seu romance «A Ilustre Casa de Ramires».

¹² RODRIGUEZ & MOLINIE-BERTRAND, 2000: 171-172.

¹³ Fernando Jácome de Sousa (1796-1856), filho de Francisco Jácome de Sousa e D. Ana José Sotomayor, formar-se ia em leis e casaria com D. Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó, tornando-se o 14º Senhor da Casa e Quinta do Avelar, representando a 14ª geração.

Verdadeiro testemunho de reflexão e juízo da vida familiar, é também no *Testamento* que Jácome confessa nunca ter deixado desprotegida a postura de honra da família no seio do intrincado jogo político das lutas e rivalidades interfamiliares da elite bracarense. Se pessoalmente não perdoa ao filho a censurada conduta e as avultadas dívidas que se vê obrigado a empreender por sua causa, é com declarado orgulho que consegue libertar o filho da prisão do Limoeiro em Lisboa (para onde fora conduzido por ordem real e por influência de outra família da elite bracarense que veria nisso a forma de impedir o casamento não desejado) e, fazê-lo reentrar, com sua mulher, triunfalmente na cidade em direcção à Casa do Avelar onde se estabelecem.

Figura 3 – Um Caderno de receitas



Caderno de receitas pertencente a D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (1827-1905)¹⁴.

¹⁴ PT/ADB/FAM/ACA/14/17.

De entre os pequenos livros de notas particulares, cadernos pessoais de poesias, receitas de cozinha, poemas de amor, correspondência privada, toda a literatura autógrafa que possui o arquivo de família, distinguimos o *Caderno de receitas* de D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (1827-1905), pela sua curiosidade. Atentemos, a título de exemplo, nas seguintes receitas domésticas (das culinárias às medicinais...) definidoras de preocupações e estilos de vida da época:

Receita para fazer nacer o cabelo

Sebolla picada em um almofariz cõa-se o succo por um paninho e poem-se uma noite a sserenar devendo guardar se antes de nacer o sol, depois unta-se a cabeça na parte aonde faltar o cabelo e assim se continua ate nacer

Receita para serões – infalível

Toma-se uma chicara de caffè em jejum com sal botando-o como se fosse assucar

Receita para tinta d'escrever

50 réis de anilina preta

deita-se em quartilho e meio de agua bem quente, junta-se-lhe um quarteirão de espirito de vinho do melhor, mexe-se tudo muito bem e deita-se a vidros ou potes.

Receita para dores no pescosso

Uma papa de meolo de laranja azeda posta a ferver um bocadinho com algumas gotas de olio de amendoas doces, pôr bem quente no sitio da dor.

Muitas outras nos despertariam a curiosidade, como o «Molho de conservar as vagens e outras hortaliças em estado fresco todo o anno» ou a «Receita para dor sciática», mas que, quer pela sua extensão quer pela quantidade, nos abstermos naturalmente de as apresentar aqui. Todas elas são, no entanto, claramente reveladoras de outras épocas, de outros modos de viver e de conceber o tempo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história pertence, antes de mais, àqueles que a viveram. A memória pessoal, através do testemunho autobiográfico, constitui uma fonte histórica essencial, não só porque se fundamenta na experiência do vivido, como transporta consigo, inevitavelmente, uma memória social.

A utilização do registo privado (como é um diário ou um caderno de notas pessoais) como fonte histórica permite-nos analisar, de uma forma directa, não só a

trajectória de vida do seu autor como a realidade social e a época em que foi escrito. Como nos diz Márcio Couto Henrique (2010)¹⁵ «a riqueza maior do diário está no diálogo do autor com seu tempo». O maior contributo desta fonte está, sem dúvida, na sua dimensão social. Na verdade, o que podemos colher de mais importante de uma fonte de pesquisa como o diário íntimo não é tanto o que o autor revela de si mesmo mas, sobretudo, o que ela nos esclarece sobre a época e os lugares em que a sua própria história de vida decorre. O problema então que se pode pôr é o de averiguar da verdade ou da objectividade das informações que transmite. Mas esse é também um problema que não deixa de se pôr com qualquer outro tipo de fonte documental e que depende sempre da análise crítica com que é observado. Qualquer fonte apresenta problemas específicos quanto à sua representatividade. A verdade é que, ao lado das fontes tradicionais (oficiais ou outras) o registo privado (diário pessoal ou outro) vem trazer um complemento fundamental que advém essencialmente da forma livre e directa (não se destina à divulgação) como são realizados os registos e as memórias. Ao ser escrito de forma espontânea, no recato e na esfera da intimidade do seu autor, possui um sentido de verdade indesmentível e inexistente nas fontes históricas tradicionalmente mais usadas. Revelando informações que dificilmente são encontradas noutra tipo de documentos, a riqueza do seu contributo está não só em si mesma, mas também pelo que através dela se descobre e pelo cruzamento que nos é permitido fazer com outras fontes da mesma época, proporcionando assim o confronto entre dois mundos que coexistem e se complementam.

A incorporação de memórias, diários, testamentos e outros testemunhos pessoais nos estudos de história da família e de história político/social, é hoje uma realidade ascendente. Tal como a emergência do círculo familiar como esfera autónoma, também o mais singelo e prosaico lado da vida quotidiana é hoje cada vez mais reconhecido como parte integrante e indispensável da nossa história comum.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

PT/ADB/FAM/ACA/07.01.01/4 – *Diario de João Luis Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos* (1787-1808).

PT/ADB/FAM/ACA/08.01/20 – *Testamento de João Luís Jácome de Vasconcelos* (1809)

PT/ADB/FAM/ACA/14/17 – *Cadernos de receitas pertencentes a D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos* (1827-1905).

¹⁵ Márcio Couto Henrique (doutorado em Ciências Sociais (2008) pela Universidade Federal do Pará, onde é actualmente professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) em entrevista ao *Jornal da Universidade Federal do Pará*, ano XXIV, n.º 87 (Outubro de 2010).

Fontes impressas e estudos

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2008) – *Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX*. «Análise Social», vol. XLIII (3º), p. 627-645.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (2010) – *Arquivo da Casa do Avelar – estudo orgânico e catálogo*. Braga: Universidade do Minho.
- CAPELA, José Viriato (1999) – *Fidalgos, Nobres e Letrados no Governo do Município Bracarense. A administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do 'Antigo Regime'*. Braga: ICS / Universidade do Minho.
- GINZBURG, Carlo (1987) – *O Queijo e os Vermes*. S. Paulo: Companhia das Letras
- HENRIQUE, Márcio Couto (2009) – *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- HESPANHA, António Manuel (1995) – *História de Portugal Moderno político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEVILLAN, Philippe (1988) – *Les protagonistes: de la biographie*. In RÉMOND, René – *Pour une histoire politique*, Paris: Seuil, p. 121-158.
- MACEDO, Ana Maria Costa (1996) – *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830). A família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade – Braga*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- PEIXOTO, Inácio José (1992) – *Memórias Particulares – Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. Braga: coord. ADB; Universidade do Minho: coord. José Viriato Capela.
- RODRIGUEZ, Pablo e MOLINIE-BERTRAND, Annie (2000) – *A Través Del Tiempo – Diccionario De Fuentes Para La Historia De La Familia*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones.